

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras: CVM condena ex-diretor por omissão	2
Título: Transição Tranquila	3
Título: Continuam os erros na questão dos caminhoneiros	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Marinha lança novo submarino de ataque S-40 Riachuelo	5
Título: Fora das discussões, que faremos com o clima?	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Multas ambientais são extorsivas e há capricho de fiscais, diz Bolsonaro	9
Título: Na CVM, relator vota por absolver chefia da Petrobras	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	12
Título: Cemig contesta informação de perdão de dívida	12
VEÍCULO: O Valor Econômico	13
Título: Medo' trava acordo entre União e Petrobras sobre excedentes do pré-sal	13
Título: Novo governo tem chance única para consolidar juros mais baixos	15
Título: EPE prevê geração igual a 'uma Belo Monte' em energia solar até 2027	20
Título: Carga de energia elétrica tem aumento de 1,5% no ano	23
Título: TST valida venda da Amazonas Energia	24
Título: "Novo governo pode radicalizar a concorrência"	25

VEÍCULO: O Globo**Data: 14/12/2018****Seção: Economia****Autor: RENNAN SETTI****Título: Petrobras: CVM condena ex-diretor por omissão**

Almir Barbassa terá de pagar multa de R\$ 300 mil por não divulgar mudança na política de preços

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou ontem o ex- diretor de Relações com Investidores da Petrobras Almir Barbassa a uma multa de R\$ 300 mil por omissão, ao não ter divulgado fato relevante sobre a política de preços da estatal em 2013. Segundo a CVM, Barbassa deixou de informar ao mercado sobre estudos para adoção de metodologia de reajuste automático de combustíveis mesmo depois de a informação ter vazado à imprensa.

A decisão foi unânime. A investigação da CVM começou após oscilação considerada atípica nos papéis da Petrobras em 5 de setembro de 2013, quando chegaram a subir mais de 5%. Naquele dia, um site especializado afirmou que isso se deveria a supostos estudos da Petrobras para criar uma conta de reajuste mensal dos preços, acompanhando a variação no mercado internacional.

Dois dias depois, o jornal Valor Econômico publicou reportagem segundo a qual um membro da equipe europeia do banco BTG Pactual teria enviado a clientes e-mail sobre a possível adoção desse mecanismo. Indagada pela área técnica da CVM na época, a Petrobras afirmou desconhecer as informações e que sua política de preços permanecia inalterada.

Mais de um mês depois, porém, após divulgar seu balanço, a companhia informou o mercado sobre uma "metodologia de precificação" que daria "maior previsibilidade do alinhamento dos preços domésticos do diesel e da gasolina aos preços internacionais."

AINDA CABE RECURSO

O fato relevante não trazia explicações sobre o mecanismo. Segundo a área técnica da CVM, os detalhes seriam detalhados em reportagem do GLOBO quatro dias depois. Segundo a defesa de Barbassa, os estudos eram incipientes quando foram divulgados pela imprensa, ele desconhecia os fatos publicados e

as variações nos papéis da empresa não eram atípicas quando o caso veio à tona.

Ele ainda pode recorrer ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Em 2016, Barbassa propôs pagar R\$ 1,2 milhão para encerrar o processo. A CVM negou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/12/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Transição Tranquila

Em defesa da Lei Rouanet

Num momento em que a Lei Rouanet ameaça cair na boca de matildes, o ministro Sérgio Sá Leitão encomendou à FGV um estudo de impacto econômico da legislação. A conclusão é que para cada R\$ 1,00 de incentivo fiscal destinado a projetos musicais há, em média, um impacto econômico de R\$ 1,64, o que eleva o PIB e ajuda o desenvolvimento do país.

É preciso diálogo político

Aos 72 anos e com muita experiência nos mundos político e jurídico, Nelson Jobim almoçou, ontem, no Rio, com empresários, em evento do BTG, do qual é sócio. Pelas contas dele, só 17% dos deputados da nova legislatura são estreantes. A maioria já tinha sido eleita antes. Ou seja: trocou-se seis por meia dúzia.

Transição tranquila

O ministro Moreira Franco formalizou o pedido de reunião extraordinária do Conselho da Petrobras para terça, agora, dia 18, que vai eleger Roberto Castello Branco como novo presidente da estatal.

Até no Corpo de Bombeiros

O Grupo de Combate à Corrupção (GAEC), do MP do Rio, chegou à cifra de quanto o grupo de Sérgio Cabral e Sérgio Côrtes teria desviado do Corpo de Bombeiros: R\$ 27 milhões. As licitações internacionais fraudadas favoreceram a

empresa de Miguel Iskin. O MP apresentou duas ações contra eles. Trata-se de um desdobramento da Lava-Jato

O MIS de Copacabana

O governador eleito, Wilson Witzel, esteve esta semana na sede do BID, em Brasília. O banco informou que a verba de US\$ 15 milhões para a conclusão da nova sede Museu da Imagem e do Som, na Praia de Copacabana, está assegurada. Que bom!

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/12/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Continuam os erros na questão dos caminhoneiros

Para evitar nova greve, Fux restabelece no STF multa sobre a não aplicação da tabela de fretes

A ameaça de outra greve de caminhoneiros, como a de maio, comprova que a suposta solução negociada à época não tinha mesmo vida longa. Pode-se entender que, para conter os danos que a paralisação do transporte de carga pelas estradas causaria num país muito dependente do caminhão, era crucial encontrar uma saída urgente.

Mas não se intervém em um mercado com milhares de agentes econômicos — caminhoneiros autônomos, donos de frotas; clientela diversificada, da agroindústria aos serviços — sem se criarem outros problemas.

E insiste-se em erros na tentativa de se eliminarem equívocos anteriores: o ministro do Supremo Luiz Fux, responsável por tentar no Judiciário a quase impossível conciliação entre tantos interesses conflitantes, acaba de atender a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e revogar decisão sua que suspendia a cobrança de multa sobre quem não cumprir a tabela de fretes. O fim das multas serviu de centelha para o início de nova mobilização no setor, com aglomeração de caminhões em pelo menos um trecho da Dutra, em Barra Mansa (RJ).

A própria tabela já foi um erro, cometido em maio. O que não significa que não haja margem para negociação. Um ponto central, o preço do diesel, é assunto

bem encaminhado. Era e é correta a política de preços reais que passou a ser seguida pela Petrobras na gestão de Pedro Parente. Mas a oscilação excessiva do diesel, produto essencial no transporte de carga, inviabiliza o caminhoneiro, principalmente o autônomo. A imprevisibilidade do seu custo de operação mata o negócio, por ser impossível calcular sem riscos um frete que lhe garanta algum lucro.

Na pressa de um governo fraco, em fim de mandato e acossado, partiu-se para um congelamento subsidiado pelo Tesouro. Na mesma leva, veio outro equívoco no mesmo sentido, a tabela de fretes. Recuou-se aos tempos cartoriais na economia da ditadura militar.

Para garantir uma redução de R\$ 0,46 no litro do diesel, criou-se um subsídio, que vencerá no dia 31, depois de ter custado, segundo estimativas, aproximadamente R\$ 9 bilhões. Não há margem fiscal para renová-lo.

Há, porém, uma correta proposta de que o imposto Cide, sobre combustíveis, flutue com o colchão, para evitar que os preços internacionais impactem de forma direta os internos. A ideia já deveria ter sido adotada. Quanto à tabela de fretes, esta fracassará com vem fracassando.

Não se deve intervir mais na questão, deixando o mercado se acomodar a uma nova realidade. O próprio preço do diesel, na mesma tendência da cotação do petróleo, caiu nos postos. É preciso parar com este ativismo intervencionista, que, ao tentar resolver um problema, cria dois ou três outros que não eram previstos.

Impossível pensar que a superoferta de caminhões, criada por financiamentos do BNDES nos governos Lula/Dilma, deixará de deprimir os fretes enquanto a economia não se recuperar completamente. Recuperação que será prejudicada se vier outra greve.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/12/2018

Seção: Política

Autor: Roberto Godoy

Título: Marinha lança novo submarino de ataque S-40 Riachuelo

Navio de tecnologia francesa foi modificado por brasileiros; Temer e Bolsonaro confirmam presença em cerimônia

O primeiro de uma frota de quatro novos submarinos de ataque da Marinha do Brasil entra hoje no mar pela primeira vez, no Complexo Naval de Itaguaí, litoral sul do Rio. O lançamento do S-40 Riachuelo terá a presença do presidente Michel Temer, o eleito Jair Bolsonaro e autoridades dos três poderes, além dos convidados, segundo o cerimonial do Palácio do Planalto. Os submarinos são de tecnologia francesa, transferida e parcialmente modificada por especialistas brasileiros – por isso Emmanuel Macron, o presidente da França, era esperado para a solenidade.

A crise dos "coletes amarelos" e as pressões da oposição no Legislativo fizeram Macron desistir da viagem. O Prosub, programa de capacitação da força naval, começou há 10 anos. A meta é a produção de cinco navios – quatro muito avançados, da classe Scorpène, de propulsão por motores diesel- elétricos, e um quinto submarino, de 6 mil toneladas, movido por energia nuclear, que será concluído até 2029. Os modelos convencionais serão concluídos até 2022. Em Itaguaí, da área de mais de 1 milhão de m², cerca de 750 mil m² são ocupados pelo novo estaleiro, mais um "espaço líquido" de manobra. O investimento, ao longo de 20 anos, vai bater em R\$ 37 bilhões.

Até o final do ano, terão sido aplicados R\$ 17 bilhões. O Riachuelo, de 75 metros, 2.200 toneladas, é alto como um prédio de quatro andares e tem grande poder de fogo – por meio de lançadores de torpedos de 533 mm, mísseis antinavio e dispositivos para minagem –, ainda terá pela frente dois anos de testes e provas de mar. Vai ter de fazer, agora, algumas coisas que não repetirá em operação, como navegar à velocidade máxima por muitas horas – acima de 37 km/hora submerso, 22 km/hora na superfície –, a grandes distâncias; emergir em ângulo vertical agudo, submergir em condição crítica. Participará de batalhas e cercos virtuais de combate.

Fará disparos de todas as suas armas e ensaiará a saída e o resgate de times de mergulhadores de combate. Haverá exercícios de incêndio, de naufrágio e de ações furtivas dedicadas à inteligência. O jogo de gato e rato de ataque e defesa contra inimigos passará a fazer parte da rotina diária. O mergulho no limite de segurança de 350 metros terá de ser superado até um ponto que é considerado informação secreta.

Só depois disso tudo o S-40 poderá cumprir a missão para a qual foi destinado – o controle das águas oceânicas de interesse do País. Os próximos navios serão o S-41 Humaitá, S-42 Tonelero e o S-43 Angostura. Em 2016 a Procuradoria Geral da República determinou investigações sobre um possível superfaturamento de R\$ 2,8 bilhões no Prosub. A Marinha nega, e destaca que "não conhece qualquer irregularidade" nos contratos firmados com a Odebrecht Defesa e Tecnologia, parceira brasileira do Naval Group, francês.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 14/12/2018****Seção: Espaço aberto****Autor: Washington Novaes****Título: Fora das discussões, que faremos com o clima?**

Durante a Conferência do Clima promovida pela ONU na Polônia, membros de mais de mil ONGs se manifestaram, "em tom de piada", mas também com "duras críticas" (Estado, 6/12), acerca da intenção do Brasil de abandonar o Acordo de Paris, que discute e regula as questões nessa área. O Brasil chegou até a ser laureado pela Climate Action Network com o prêmio "Fóssil do Dia".

"O que aconteceu com você, Brasil?", perguntavam os membros da reunião ao saberem que o presidente Bolsonaro indicou que o País pode abandonar os esforços de combate às mudanças climáticas, "que seriam parte de uma trama marxista para transferir o poder para a China". O Brasil já decidiu também que não vai receber a cúpula do clima no ano que vem. Alegou dois motivos: restrições orçamentárias e a transição para um novo governo eleito, que herdaria o compromisso.

É lamentável. Basta lembrar o relatório da ONU segundo o qual o Acordo de Paris pode salvar 1 milhão de vidas por ano até 2050 (IHU, 11/12). E impressionantes ganhos na saúde, segundo a OMS: só a poluição do ar por combustíveis fósseis causa 7 milhões de mortes anuais no mundo e custa cerca de US\$ 5,11 trilhões, além de afetar o ar limpo, a água potável, alimentos e abrigos seguros.

Como enfrentar tudo isso, sabendo que 2018 está sendo o quarto ano mais quente da História desde 1850, perdendo somente para 2016, 2017 e 2015? E 2019 pode ser ainda mais quente com a provável chegada do El Niño. O teor de calor dos oceanos de janeiro a setembro foi o maior ou o segundo maior e o número de ciclones tropicais, maior do que a média. O gelo marinho no oceano Ártico teve a sua segunda menor extensão máxima.

A Organização Meteorológica Mundial computou os impactos socioeconômicos dos eventos extremos: de 2017 para cá, a fome associada a eventos climáticos afetou 59 milhões de pessoas só na África; no mundo todo, 2 milhões de pessoas dos 17,7 milhões forçados a abandonar suas casas o fizeram por causa de eventos climáticos. Com o aumento das emissões nas atividades humanas,

elas devem chegar este ano a 41,5 bilhões de toneladas, das quais 37,5 bilhões se devem à queima de combustíveis fósseis (as energias renováveis cresceram este ano 15%). O aumento das emissões de carbono fóssil aponta para uma trajetória de aquecimento que já está além de 1,5 grau Celsius. E não bastará apoiar as energias renováveis. É preciso descarbonizar toda a economia, segundo a pesquisadora Corinne Le Quéré, do Centro de Pesquisa Climática da Universidade of East Anglia (Plurale, 11/12).

E esse crescimento nas metas globais de dióxido de carbono (CO₂) põe em risco as metas estabelecidas no Acordo de Paris. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), para chegar bem abaixo de 2 graus Celsius as emissões de CO₂ devem baixar 20% até 2030 e chegar a zero em torno de 2075. Para limitar o aquecimento a 1,5 grau as emissões devem diminuir até 2030 e chegar a zero por volta de 2050.

O aumento contínuo das emissões globais é muito preocupante, diz a diretora executiva da Future Earth, Amy Luers. "Temos a tecnologia, o conhecimento e a visão de negócio para reduzir nossas emissões exponencialmente. Agora, trata-se de uma opção ganha-ganha. Mas é preciso começar o caminho vencedor" (o uso global de carvão está 3% abaixo do seu pico histórico). Glen Peters, diretor de pesquisa da Cicero, em Oslo, estudioso do tema, enfatiza que, olhando a taxa de crescimento do consumo, que deve ser de 4,7% na China, conclui-se que não será fácil para esse país mudar de um rumo que siga na mesma trilha nas próximas décadas.

A Índia, que responde por 7% das emissões globais, deve continuar com seu crescimento forte (6,3% em 2017), com aumento do uso de petróleo (2,9%), gás (6%) e carvão (7,1%). Na União Europeia, responsável por 10% da emissão global de gases, o último declínio foi de 2,6% para 1,3%, quando vinha baixando 2% ao ano. No resto do mundo, responsável por 42% das emissões, estas devem crescer 1,8% em 2018. Em 19 países (20% das emissões totais), elas caíram sem diminuição do produto interno bruto.

Na verdade, o aumento ou redução das emissões está nas mãos das quatro potências – China, EUA, União Europeia e Índia – que concentram quase 60% do CO₂ do planeta. E em todas elas estão previstos fortes aumentos do consumo.

Mas não faltam otimistas, que lembram a redução do consumo a partir de 2013, inclusive com a capacidade instalada de energia renovável dobrando a cada quatro anos. Para esses, as emissões globais devem começar a cair antes de 2020, para permitir que se alcancem os objetivos do Acordo de Paris, de modo a que o aumento da temperatura no fim do século não passe de 1,5 a 2 graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais (o planeta já sofreu aumento de 1 grau).

As emissões brasileiras de gases do efeito estufa (2,07 bilhões de gases carbônicos equivalentes) caíram 2,3% em 2017, comparadas com o ano anterior (Folha de S.Paulo, 23/11). O principal motivo da queda foi a redução de 12% no desmatamento da Amazônia. O aumento de 11% no desmatamento no Cerrado impediu redução maior. E quase todos os outros setores da economia tiveram aumento nas emissões em 2017, quando o País começou a sair da recessão. A agropecuária responde por 70% das nossas emissões totais – 46% por mudanças no uso da terra e 24% por emissões diretas dos rebanhos.

Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas no Observatório do Clima, destaca (Folha de S.Paulo, 23/11) que as emissões brasileiras de hoje têm volume próximo do de 1990. Depois do agronegócio, transporte e indústria são os setores que mais contribuem para as emissões de gases-estufa. Mas é possível projetar que o Brasil chegue a 2020 perto do limite do cumprimento das metas de redução de emissões – um panorama que pode ser promissor.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/12/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Mariana Versolato, Phillippe Watanabe e Ana Carolina Amaral

Título: Multas ambientais são extorsivas e há capricho de fiscais, diz Bolsonaro

Em vídeo, presidente eleito fez novas críticas ao Ibama e disse que licença ambiental atrapalha obras de estrutura

Em vídeo divulgado em rede social, o presidente eleito Jair Bolsonaro fez críticas ao que chama de “indústria da multa” ambiental. Disse que as multas são extorsivas, que há “capricho” dos fiscais do Ibama e que a licença ambiental atrapalha a execução de obras de infraestrutura.

“O Ricardo Salles [futuro ministro do Meio Ambiente] é uma pessoa que segue alei. Não tem ao seu lado aquele tratamento xiita na questão ambiental. E o que nós queremos dele? Que cumpra alei. O que tivermos de errado, vamos enviar projetos para a Câmara para que se mude alei.”

Bolsonaro disse que quer acabar com o chamado ato tendente —segundo a Lei 9.605/98, pescar não é apenas o simples ato de capturar peixe, mas sim “todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios,

suscetíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes nas listas oficiais da fauna e da flora”.

Em janeiro de 2012, Bolsonaro foi multado em R\$ 10 mil pelo Ibama por pesca ilegal numa estação ecológica protegida por lei. O processo administrativo resultou em uma investigação preliminar na PGR (Procuradoria-Geral da República), em Brasília. Em outubro de 2013, o então procurador-geral, Roberto Gurgel, apresentou denúncia contra o parlamentar —o caso depois foi arquivado pelo STF.

“Você, por exemplo, foi pescar e passou perto de uma área de proteção ambiental. Você é multado por ato tendente. Porque ao passar por aquela área, o fiscal entende que você iria pescar naquela região e taca-lhe uma multa em cima de você. Isso é comum. Vi muitas multas nesse sentido para pescadores pobres da baía de Angra dos Reis. (...) Inacreditável que isso aconteça no Brasil. Um capricho por parte desses fiscais, de alguns fiscais do Ibama que não podem, no meu entender, continuar agindo dessa maneira. Então vamos acertar a questão por ato tendente. Indústria da multa.”

Bolsonaro também criticou as licenças ambientais. “Quando se fala em licença ambiental e se é obrigado a derrubar uma árvore que está ameaçando cair. É uma dificuldade para conseguir essa licença. E toma multa caso derrube essa árvore sem a licença. Então essa questão de licença ambiental atrapalha quando um prefeito, governador, presidente, quer fazer uma obra de infraestrutura, uma estrada, por exemplo, quer rasgar uma estrada, quer duplicar. São problemas infundáveis. Isso acontece muito na região amazônica.”

O Acordo de Paris, assinado em 2015 por 195 países para conter o aquecimento global, também foi citado.

No acordo, cada país definiu suas metas de redução de emissões de carbono e como executá-las. O Brasil assumiu o compromisso de cortar as emissões em 37% até 2025 e em 43% até 2030, apesar de ainda não ter apresentado um plano completo sobre como atingir as metas. O cumprimento das promessas de cada país de cortar emissões de carbono não é obrigatório nem verificável.

Bolsonaro, porém, disse que haverá sanções caso a meta não seja cumprida. O documento foi muito criticado na época da assinatura justamente por não prever punições.

“As informações que eu tenho, logicamente não são todas ainda, podem estar um pouco imprecisas. Mas, entre as exigências, se exige que o Brasil faça um reflorestamento de uma área enorme. Algumas vezes o tamanho do estado do Rio de Janeiro. Nós não temos como cumprir uma exigência dessa. Se assina

porque é bonito, até porque essa exigência é para cumprir em 2030, então quem for presidente da república em 2030 que se vire, mas as sanções vêm aí. Num primeiro momento, a sanção política. No segundo momento, sanção econômica. Num terceiro momento, sanção de força. Nós não podemos colocar em risco a nossa soberania nacional, parte do nosso território.”

Bolsonaro disse ainda que muitos países importantes não assinaram e outros saíram—na verdade, a Síria, abalada por uma guerra civil, e a Nicarágua eram os dois únicos países que não assinaram o acordo em 2015. Na época, a Nicarágua disse que o tratado era fraco demais, mas, depois, acabou aderindo a ele.

Já a Síria aderiu formalmente ao acordo de Paris no fim de 2017, deixando os Estados Unidos como único país do mundo a se opor ao tratado —o país assinou o acordo sob o governo de Barack Obama, mas o presidente Donald Trump se retirou dele.

Negociadores brasileiros e de outros países, que buscam regulamentar o Acordo de Paris até o final da semana na Conferência do Clima, que ocorre na Polônia, disseram à Folha que o Brasil estaria entre os países que mais se beneficiam do acordo climático, por já liderar agendas como a das energias limpas e por poder receber financiamento para combater o desmatamento.

“O Acordo de Paris foi construído sobre a vontade e respeito à soberania e capacidade de cada um dos 193 países que o assinaram. É por isso que agora todos os países do mundo contribuem com diferentes intensidades e abordagens para um objetivo comum”, diz Christiana Figueres, ex-secretária-geral da agência de mudanças climáticas da ONU e principal arquiteta do Acordo de Paris.

“Eu ficaria feliz em ajudar a explicar ao presidente eleito Bolsonaro ou a seu novo ministro das Relações Exteriores os benefícios do Acordo de Paris para o Brasil”, disse.

Em seu discurso na reunião plenária da ONU nesta quarta (12), o ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, disse que o Brasil é reconhecido por sua disposição para a negociação e que é um dos países com a matriz energética mais limpa, com 80% da energia elétrica vindo de fontes renováveis.

Após o discurso, jovens do grupo Engajamundo entregaram ao ministro o prêmio irônico “Não fez mais do que a obrigação”, por ser, segundo o anúncio do prêmio, “o último ministro a se preocupar com as mudanças climáticas”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 14/12/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Na CVM, relator vota por absolver chefia da Petrobras

Rio de Janeiro- Em julgamento nesta quinta (13) na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o diretor Pablo Renteria votou por absolver ex-administradores da Petrobras por segurar os preços da gasolina na véspera das eleições de 2014.

A sessão foi suspensa após pedido de vista do diretor Henrique Machado.

Entre os acusados estão os ex-ministros de Dilma Rousseff Guido Mantega, Mareio Zimmermann e Miriam Belchior e o ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Eles são processados por supostamente induzir o investidor a erro ao descumprir política de preços anunciada pela companhia em 2013.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 14/12/2018**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Cemig contesta informação de perdão de dívida

O Projeto de Lei nº 10.985/2018 que tramita na Câmara dos Deputados e, entre outras coisas, inclui uma solução para os passivos do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) das geradoras de energia gerou polêmica. No Congresso, os parlamentares disseram que o texto tem um jabuti que permite o perdão de dívidas de R\$ 4 bilhões da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) com a União. A empresa contesta a informação e diz que o valor é de R\$ 500 milhões a seu favor.

Segundo a Cemig, o PL prevê solução para a controvérsia entre concessionárias de geração de energia elétrica e o governo, sem qualquer “desembolso, perdão de dívida ou renúncia de receita de nenhuma das partes e visa evitar a judicialização”. De acordo com o diretor de Geração e Transmissão da Cemig, Franklin Moreira Guimarães, os deputados estão tratando o texto como se a União estivesse abrindo mão de R\$ 4 bilhões, quando o encontro de contas é mais vantajoso para os cofres públicos do que para a Cemig.

“Esse valor não tem fundamento. Devem tê-lo majorado, considerando que vendemos a energia pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) da época, que era de mais R\$ 834. Porém, a Cemig tinha energia comprada de terceiros para não haver liquidação pelo PLD. O valor, hoje, é menor do que R\$ 500 milhões e estamos abrindo mão, porque a União está com dificuldade fiscal e não teria como nos pagar”, justificou.

Guimarães acredita que o projeto pode ser aprovado na semana que vem e será positivo para acabar com a judicialização do setor. O PL propõe solucionar casos em que os concessionários atingidos indevidamente por custo de riscos prevendo prorrogação. No entanto, a Cemig Geração e Transmissão, não pode mais prorrogar, porque já não detém as concessões das usinas, como a de São Simão. “Nesse caso, está prevista a compensação dos créditos com eventuais débitos com a União”, explicou.

A empresa alegou que não há débitos que teriam surgido quando a companhia, por decisão da Justiça, manteve usinas sob sua gestão após o período de concessão. “Essa dívida simplesmente não existe, não está sendo cobrada pelo governo federal nem é objeto de qualquer demanda judicial.” Na opinião de Christopher Vlavianos, presidente da Comerc Energia, o projeto visa resolver a inadimplência do setor. “A judicialização provocou um rombo de R\$ 8 bilhões”, disse.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia preferiu não comentar. A Advocacia-Geral da União foi consultada para saber se procede a afirmação da Cemig, de que a dívida não existe e não há demanda judicial, mas não respondeu até o fechamento desta edição. (SK)

VEÍCULO: O Valor Econômico

Data: 14/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo, Edna Simão, Fábio Graner e Andre Ramalho

Título: Medo' trava acordo entre União e Petrobras sobre excedentes do pré-sal

O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, acredita que o acordo a ser firmado entre União e Petrobras sobre o pré-sal é motivo de preocupação por eventuais responsabilizações dos técnicos envolvidos por parte de órgãos de controle. Por isso, defende que um aval do Tribunal de Contas da União (TCU) poderia dar o "conforto" necessário mesmo se o projeto de lei (PL) sobre o tema não for aprovado. "O grande medo é o TCU", disse.

O entendimento diverge daquele defendido pelo colega da Fazenda, Eduardo Guardia - que vê o PL como o instrumento adequado para liberar a renegociação com a estatal e para o consequente leilão de excedentes esperado para 2019.

Na visão de Colnago, bastaria um parecer favorável do TCU que seja detalhado o suficiente. "Depende do quão minuciosa e detalhada será. Hoje, há insegurança de técnicos tanto do governo como da Petrobras sobre alguns entendimentos do contrato. Tanto que se encaminhou um projeto de lei ao Congresso para dar segurança que permita chegar ao acordo. Dependendo de como o TCU entenda, de como ele caminhe nesse sentido, ele pode dar o conforto do projeto de lei", disse.

O Valor apurou que entre os técnicos da equipe econômica a visão é que o aval do TCU "blindaria" os envolvidos em caso de possíveis contestações, mas apenas perante a Corte de contas - deixando brechas para possíveis ações do Ministério Público, por exemplo. O receio é maior por causa dos valores envolvidos. A estimativa é que haja um pagamento da União à Petrobras de ao menos R\$ 30 bilhões em decorrência da renegociação.

O aval do TCU como "alternativa" ao PL para assinar o acordo com a Petrobras é defendido por integrantes da futura equipe econômica, da qual Colnago faz parte. Eles passaram a defender a solução após divergências entre Fazenda e parlamentares terem impedido o avanço do texto no Congresso. Entre os desentendimentos, está a possibilidade de divisão com Estados e municípios dos recursos a serem arrecadados, estimados em aproximadamente R\$ 100 bilhões (a Fazenda defende contrapartidas fiscais para a partilha).

No Rio, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, reconheceu que a Petrobras e a União só devem assinar em 2019 o termo aditivo ao contrato da cessão onerosa. Segundo ele, as duas partes já chegaram a entendimento, mas ainda falta o amparo legal para a assinatura.

Nesta semana, o TCU solicitou mais informações para avaliar a revisão do contrato, assinado em 2010 e que cedeu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris no pré-sal. "Se já tivesse o conforto jurídico, o acordo já estaria fechado", afirmou. Félix afirmou que o governo Michel Temer vai adiantar os preparativos para o leilão de excedentes da cessão onerosa para o ano que vem.

O secretário não descarta a possibilidade de que a data da disputa seja marcada ainda neste ano. O governo pretende deixar encaminhado também os detalhes para mais dois leilões de blocos: a 16ª Rodada de concessões e a 6ª Rodada de partilha do pré-sal. Segundo Félix, as duas serão apreciadas pelo Conselho

Nacional de Política Energética (CNPE) no dia 17. Félix destacou que a intenção é agendar os leilões para o terceiro trimestre de 2019.

VEÍCULO: O Valor Economico

Data: 14/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Alex Ribeiro

Título: Novo governo tem chance única para consolidar juros mais baixos

O governo Jair Bolsonaro começa em janeiro com uma oportunidade única para consolidar o patamar de juros mais baixo da história do Brasil. Para alguns economistas, não se trata de uma promessa: a taxa Selic já caiu para próximo dos níveis civilizados e neles deve permanecer, desde que não haja um fracasso retumbante na aprovação da reforma da Previdência e no ajuste fiscal.

Diante dos baixos índices de inflação, anteontem o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central retirou a ameaça de subir os juros básicos num futuro próximo e deu uma forte indicação de estabilidade. Cerca de um quinto dos analistas econômicos acredita que os juros vão ficar nos atuais 6,5% ao ano pelo menos até o fim de 2019.

A queda permanente dos juros poderá ter efeitos transformadores na economia no governo Bolsonaro, incentivando a realocação de recursos aplicados em títulos públicos para ativos de maior risco. É um dos requisitos para desenvolver o mercado de financiamento privado de longo prazo para investimentos, substituindo o modelo atual de crédito direcionado e subsidiado.

No Banco Central, o economista Roberto Campos Neto, que tem a reputação de operador competente no mercado financeiro, mas não tem experiência anterior em política monetária, terá as suas credenciais testadas, como todo os novatos. Arminio Fraga, Henrique Meirelles, Alexandre Tombini e Ilan Goldfajn tiveram que endurecer a política monetária na largada. Todos herdaram ambientes mais desfavoráveis, com ameaça inflacionária e desequilíbrios externos.

Na partida, Campos Neto assume com alguns colchões de proteção. O ajuste externo iniciado em 2015 por Alexandre Tombini, com a desvalorização do real e início do aperto monetário, reduziu o déficit em conta corrente de quase 4%

do PIB para pouco menos de 1% do PIB. Campos Neto herda de Ilan uma inflação prevista pelo Banco Central em 3,7% em 2018, com as expectativas de inflação ancoradas para todo o primeiro mandato do futuro governo Bolsonaro.

A transição será suavizada por Ilan, que fica no cargo pelo menos até fevereiro, quando se espera que Campos Neto seja sabatinado e aprovado pelo Senado. A troca de comando foi adiada porque Campos Neto terá que se desfazer de participações acionárias no Santander, instituição da qual foi executivo. O atual diretor de Política Econômica do BC, Carlos Viana, ficará no cargo "por tempo considerável", funcionando como uma âncora de credibilidade no período inicial mais crítico, enquanto o governo formula e o Congresso aprecia a reforma da Previdência.

Campos Neto já começa a formar sua própria equipe com nomes respeitados no mercado financeiro. Bruno Serra Fernandes, tesoureiro do Itaú BBA, assume a área de política monetária; João Manoel Pinho de Mello, a área de organização do sistema financeiro e de resolução, que tradicionalmente era ocupada por funcionários do quadro diretores da casa. Dessa forma, o Copom passa a ter maioria de nomes de fora do BC, com cinco dos nove votos.

Até pouco tempo atrás, acreditava-se que os juros poderiam ficar no percentual atual de 6,5% ao ano apenas temporariamente, como forma de estimular a economia e fazer a inflação - que ficou muito baixa em 2017 - convergir para a meta, que neste ano é de 4,5%. Tão logo esse objetivo fosse alcançado, o Banco Central seria obrigado a retirar gradualmente os estímulos, levando a taxa básica para cerca de 8% ao ano, para evitar o superaquecimento da economia e estourar as metas de inflação.

Essa convicção foi sacudida recentemente pelo economista Mário Mesquita, que tem insuspeitas credenciais conservadoras por ter liderado como diretor de Política Econômica do BC um determinado processo de aperto monetário em 2008. Ele defendeu em um estudo recente feito com a equipe do Itaú Unibanco, por ele chefiada, que o Brasil já pode viver com juros menores sem causar desequilíbrios no crescimento da economia e sem perder o controle da inflação.

"De fato, parece que movemos para um patamar de juros mais baixos, mas para que isso seja consolidado é preciso resolver a fragilidade fiscal", diz Mesquita. "A bola está com o Congresso, que vai avaliar a reforma de Previdência. Vamos ver se aprova."

Pelos cálculos de Mesquita, os chamados juros neutros se encontram em 3% ao ano, em termos reais. Essa é a taxa que equilibra a economia, mantendo seu crescimento dentro de seu potencial sem provocar aceleração da inflação. Em tese, os juros reais podem ficar abaixo desse percentual apenas temporariamente, enquanto é preciso estimular a economia para acelerar a inflação em direção à meta.

Se os juros reais que equilibram a economia estiverem mesmo em 3% ao ano, é possível que o Banco Central não precise subir os juros quando não for mais preciso estimular a economia. Os juros nominais neutros não estariam muito diferentes dos atuais 6,5% ao ano, considerando que a meta de inflação está definida em 3,75% para 2021 e deve ser fixada em 3,5% para 2022.

Mesquita não está sozinho nas suas estimativas de juros neutros mais baixos. A falta de reação da economia e da inflação depois que o Banco Central fixou os juros básicos nos níveis atuais tem feito economistas se perguntarem se, para estimular a economia, não seria preciso taxas ainda mais baixas. Parte do mercado passou a apostar, nas últimas semanas, que o Banco Central será obrigado a cortar os juros ao longo do próximo ano.

Mesquita diz que a queda dos juros neutros é um processo que ocorreu ao longo dos anos, com o aumento da bancarização, que fez o crédito passar de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 50% do PIB. Durante vários anos esse movimento de queda dos juros neutros, porém, foi ofuscado pela ampliação do crédito subsidiado e do gasto público. "No momento em que começou a disciplinar o gasto público e disciplinar a concessão de crédito direcionado, o efeito da bancarização começa a aparecer nos juros neutros", diz Mesquita.

"A prova do pudim será como a economia se comporta ao longo dos dois primeiros trimestres do ano que vem"

Essa corrente que aposta na queda do juro neutro, porém, é claramente mais otimista do que o próprio Banco Central. O BC vem defendendo a tese de que, com as reformas econômicas, entre elas as fiscais e do mercado de crédito subsidiado, a taxa neutra tende a cair ao longo do tempo. A autoridade monetária não abre, exatamente, em quanto estima a taxa neutra, mas dá algumas pistas. Em discursos recentes, Ilan afirmou que as taxas reais atuais "se encontram próximas de 3%" e tendem a estimular a economia. Isso significa que, para o BC, os juros neutros são maiores que 3%, provavelmente algum percentual ao redor de 4%.

No começo de 2017, o BC perguntou em uma pesquisa qual era a estimativa dos economistas do mercado para a taxa neutra. A avaliação dominante era que, naquela época, os juros neutros se encontravam em 5% ao ano, mas que poderiam cair para 4% anuais num período de dois a cinco anos.

O economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall, é um dos que mantêm, nas suas projeções econômicas, as estimativas de que os juros estão ao redor de 4% ao ano. Mas ele considera pertinente pelo menos discutir se a economia já opera com juros neutros mais baixos, diante da reação ainda lenta da atividade e da inflação aos estímulos monetários feitos pelo Banco Central.

"A prova do pudim será como a economia se comporta ao longo dos dois primeiros trimestres do ano que vem, quando se espera que seja aprovada a reforma da Previdência", afirma Kawall. No caso de o governo Bolsonaro reunir maioria no Congresso para aprovar o projeto, deverá se assistir uma reação da economia, impulsionada pela melhora nas condições financeiras ou pelo fortalecimento da confiança.

"Não haveria razões para a economia não reagir de forma mais robusta, se a reforma da Previdência encaminhar o equacionamento do desequilíbrio fiscal", afirma. O economista afirma que, se, em vez da expansão de 2,5% prevista para o ano que vem, a economia seguir na toada atual de 1,5%, será o caso de refletir se os juros atuais de 3% ao ano não estão suficientemente abaixo da taxa neutra.

O economista José Julio Senna, da Fundação Getulio Vargas (FGV), é cético sobre a tese de que os juros neutros vão cair no futuro conforme indicado pela variação dos preços dos ativos negociados no mercado financeiro. Os títulos de cerca de 30 anos indexados à inflação, por exemplo, desde as vésperas das eleições caíram da casa de 6% ao ano para pouco mais de 5% ao ano.

Senna lembra que, no governo Dilma, o juro dos títulos de 30 anos também tinha caído a cerca de 5% ao ano. Mas, naquela época, o prêmio de risco estava mais baixo, em 140 pontos-base, ante os 200 pontos-base atuais. "É aposta de que os juros neutros vão ser mais baixos no futuro. Mas, para cair dessa forma, muita coisa boa precisaria ocorrer dentro do Brasil", diz Senna, que é ligado ao Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV.

"Parte do mercado passou a apostar, nas últimas semanas, que o BC será obrigado a cortar os juros no próximo ano"

Segundo ele, os juros neutros do Brasil devem ser iguais, em tese, ao vigente nos Estados Unidos, mais um prêmio pelo risco, ajustado pela dificuldade de mover capitais de um país para o outro. Os juros neutros americanos caíram desde a década de 1990, devido a fatores demográficos e à queda da produtividade, para um percentual hoje estimado em cerca de 0,6% reais. Essa é uma queda que já ocorreu - e não se deve esperar, no futuro, um novo impulso vindo do exterior para favorecer o Brasil.

A queda da taxa neutra, portanto, depende fundamentalmente da redução do prêmio de risco Brasil. "Temos um governo novo, equipe econômica de primeiro nível", afirma. "Mas a coordenação política é uma incógnita, a velocidade em que a reforma fiscal será feita é uma incógnita."

Outros economistas dizem que a economia está reagindo da forma esperada à baixa de juros, por isso não se sustentaria a tese da queda dos juros neutros. Em 2016, quando o BC começou a cortar os juros, o consumo das famílias caiu cerca de 4%, e os investimentos, 10%. A demanda agregada se acelerou depois dos estímulos. A projeção do BC é que o consumo cresça quase 2% neste ano e o investimento, 5,5%.

Não é a primeira vez que o mercado fica otimista sobre a queda dos juros neutros, que em boa medida depende das estimativas sobre o PIB potencial -- o quanto economia pode crescer sem gerar inflação. Quando a economia se acelerou no governo Lula, o mercado passou a acreditar que o PIB potencial do Brasil havia crescido a percentuais tão altos quanto 5%.

Com toda a esperança sobre a possível queda dos juros neutros, porém, a aposta dominante dos analistas do mercado financeiro é que o Copom comece a subir os juros a partir de setembro de 2019, levando gradualmente a taxa para 8% ao ano em 2020.

Alguns analistas acreditam que o Banco Central não será obrigado a subir os juros em 2019 apenas se a economia continuar no ritmo atual, sem aprovação de reformas fiscais que fortaleçam a confiança mas também sem uma piora grave no cenário externo. Não haveria motivos para subir os juros se o crescimento continuar medíocre e houver a ajuda de choques moderadamente positivos, como a queda de preços de energia elétrica e petróleo.

Há dois cenários possíveis em que os juros poderiam subir. Num deles, o governo aprova as reformas e gera uma onda de otimismo que acelera a economia. Para evitar que a inflação saia de controle, o BC seria obrigado a

subir a taxa básica de juros. Ou outro cenário é a falta de progresso no ajuste fiscal, que, combinado com uma piora no cenário externo, provoque uma alta mais forte do dólar.

VEÍCULO: O Valor Econômico

Data: 14/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: EPE prevê geração igual a 'uma Belo Monte' em energia solar até 2027

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) prevê que os sistemas de micro e minigeração de energia, principalmente de fonte solar fotovoltaica, instalados em tetos de residências e estabelecimentos comerciais e industriais, alcancem capacidade instalada de 11,9 gigawatts (GW), em 2027. O volume supera a capacidade da hidrelétrica de Belo Monte, a segunda maior do país, de 11,233 GW, em fase final de construção no rio Xingu (PA). Para isso, a estatal de estudos energéticos estima um total de investimentos de R\$ 60 bilhões nos próximos dez anos.

De acordo com previsões da EPE, esses sistemas terão condições de fornecer 2,4 mil megawatts (MW) médios de energia, o suficiente para atender 2,4% da carga total do país em 2027. Ao todo, a empresa estima que 1,35 milhão de unidades consumidoras (incluindo pessoas físicas e jurídicas) estarão usufruindo comercialmente de sistemas de micro e minigeração de energia.

As projeções da EPE, contidas na versão preliminar do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027, podem estar subestimadas. Isso porque as estimativas da EPE consideram o cenário de aplicação da tarifa binômica para novos micro e minigeradores a partir de 2020. A tarifa binômica inclui um pagamento pelo custo do serviço de distribuição de energia, que hoje não é cobrada em relação à energia produzida por esses sistemas e injetada nas redes das distribuidoras. Ela teria efeito inibidor na expansão desse segmento.

O prazo de 2020 estava previsto na primeira versão da proposta de reforma do setor elétrico, desenhada pelo Ministério de Minas e Energia, a partir da consulta pública 33, conhecida como "CP33", em meados de 2017. O Projeto de

Lei do Senado 232/2016, que trata da expansão do mercado livre de energia, prevê a aplicação da tarifa binômica apenas cinco anos após a aprovação da lei.

De acordo com as estimativas da EPE, em um cenário sem nenhuma cobrança do uso da rede de distribuição pelos sistemas de micro e minigeração, a capacidade instalada desses equipamentos no país em 2027 poderá ser de 21 GW, o equivalente a uma hidrelétrica Itaipu (14 GW) e meia ou quase uma usina de Três Gargantas, na China, a maior hidrelétrica do mundo, com 22,5 GW.

Para a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), porém, a discussão sobre a cobrança dos usuários de sistemas solares fotovoltaicos pelo uso da rede deve ser antecipada. A ideia é que o tema seja discutido na revisão da resolução 482/2012, que regulamenta a geração distribuída, que deve ser feita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2019.

Segundo a entidade, os custos da rede são arcados apenas pelos demais consumidores, que não possuem essas instalações. "Somos favoráveis às fontes renováveis, mas é importante resolver a questão do subsídio, porque quem paga não são aqueles que têm acesso ao benefício", afirmou o presidente da Abradee, Nelson Leite. "Queremos que seja retirado o subsídio oculto ou que ele seja colocado de forma explícita. O modelo de negócios atual não é sustentável, porque onera o restante dos consumidores", completou.

A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) alega que a penetração dessa fonte no sistema elétrico é residual e os aspectos positivos, como benefícios sociais e ambientais e geração de emprego, são maiores que os negativos.

Segundo a entidade, enquanto o Brasil possui apenas 40 mil unidades consumidores com instalações de micro ou minigeração distribuída, países como Austrália, China, Índia e Estados Unidos possuem mais de 1 milhão cada um. "Esse segmento ainda representa uma fatia irrisória da matriz elétrica brasileira", afirmou o presidente da Absolar, Rodrigo Sawaia. "O Brasil está super atrasado."

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, concorda que o Brasil está alguns passos atrás. Para ele, a penetração da geração distribuída é "absolutamente inevitável". "As distribuidoras também devem caminhar nesse processo, e não caminhar no sentido da resistência. Elas

podem se preparar e fazer disso uma outra fonte de negócio", disse ele, em evento na FGV, no Rio.

Na avaliação de Alexandra Januário, sócia da consultoria Allez Estratégia, o debate tem que ser feito com transparência e de forma ampla. Segundo ela, dois pontos importantes sobre o tema são assegurar a qualidade do serviço de energia a um preço viável para o consumidor e garantir o empoderamento do consumidor ao ter a opção de colocar um painel fotovoltaico em sua residência.

"Qualquer mudança [na regulamentação] sem termos os dados, os fatos e a transparência pode matar um mercado que está nascendo e não trazer nenhum benefício para o consumidor final", explicou a especialista.

Em análise de impacto regulatório publicada na última semana, a área técnica da Aneel propôs a abertura de uma audiência pública em 2019, para que um novo regulamento entre em vigência em 2020. A ideia é que a mudança na compensação dos créditos oriundos da geração distribuída aconteça gradualmente, a fim de não prejudicar a atratividade dos investimentos no setor, mas também reduzindo o impacto financeiro para os demais consumidores.

De acordo com a análise, os custos imputados aos demais consumidores, no modelo proposto, passariam de R\$ 68 bilhões para algo em torno de R\$ 3 bilhões no período de 2020 a 2035.

Com relação às usinas de energia solar de grande porte, desenvolvidas por grandes geradoras, a Absolar solicitou em outubro à Aneel que seja feito um detalhamento por fonte dos dados relativos aos incentivos pagos pelos consumidores por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um dos maiores encargos tarifários do setor elétrico.

"Nossa preocupação é com a transparência e o debate técnico, que diferenciem de forma justa as fontes com base na quantidade e no volume de incentivos que elas receberam. Não está claro para o brasileiro que ele paga incentivos para carvão mineral e óleo diesel na Amazônia", afirmou Sauaia.

VEÍCULO: O Valor Econômico**Data: 14/12/2018****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Carga de energia elétrica tem aumento de 1,5% no ano**

A carga (consumo mais perdas) de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) atingiu 67.664 megawatts (MW) médios em novembro, com alta de 2,5% em relação a igual mês do ano passado e de 0,2%, na comparação com outubro deste ano, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Nos últimos 12 meses, a carga cresceu 1,5% ante o observado em igual período anterior.

"No mês de novembro, o comportamento da carga de energia foi afetado principalmente por duas variáveis importantes: a temperatura, superior à verificada no mesmo mês do ano anterior, principalmente nos subsistemas Norte e Sul, e a economia brasileira, que, apesar de ainda estar sendo impactada diretamente pelo lento processo de recuperação, apresentou um aumento substancial dos indicadores de expectativas e confiança", informou o operador, no boletim da carga de novembro.

Considerando ainda a perspectiva econômica, o ONS enxergou influência do PIB referente ao terceiro trimestre sobre o desempenho da carga nos últimos meses. "Apesar das incertezas do período pré-eleitoral, os dados do PIB mostram que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,8% no 3º trimestre de 2018, na comparação com os três meses anteriores."

Com relação ao subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o maior do país, a carga em novembro, de 39.176 MW médios, cresceu 2,5% ante igual período de 2017 e recuou 0,4% na comparação com outubro. O operador não forneceu informações sobre a queda, em relação ao mês exatamente anterior, mas explicou que o crescimento na comparação anual foi motivado pelo desempenho da carga industrial. Cerca de 60% do consumo de energia industrial do país está localizado no subsistema.

No Sul, foram observados os crescimentos mais expressivos, de 4,6% na comparação anual e de 3,9% ante outubro, totalizando uma carga de 11.693 MW médios. Segundo o operador, a temperatura e o aumento dos indicadores

de expectativas e confiança justificam o aumento do consumo de energia na região.

Sobre o Nordeste, a carga em novembro, de 11.400 MW médios, superou em 4% o volume observado em igual mês de 2017 e teve recuo de 0,4% ante outubro deste ano. Segundo o ONS, o principal motivo para o crescimento do consumo, na comparação anual, foi o aumento da temperatura.

Já a carga de energia no Norte em novembro, de 5.395 MW médios, recuou 4%, em relação a igual mês de 2017 e 2,3%, na comparação com outubro deste ano. Segundo o operador, a retração se deve pela redução da carga de um consumidor livre na região, que vem se mantendo desta forma desde abril deste ano. Os grandes consumidores industriais de energia têm forte participação no consumo de energia do Norte.

VEÍCULO: O Valor Econômico

Data: 14/12/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Ivan Ryngleblum

Título: TST valida venda da Amazonas Energia

O ministro presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito Pereira, cassou a validade da liminar concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, que suspendia a eficácia do leilão de privatização da Amazonas Energia, realizado na segunda-feira. Com isso, também ficou liberado o leilão de venda da Ceal (Alagoas), marcado para quarta-feira.

Em sua decisão, o ministro disse que a suspensão do processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras resultaria em "grave lesão à ordem e à economia públicas". Esses fundamentos, combinados ao fato de que o leilão da Amazonas já foi realizado, enquanto o da Ceal está marcado para a próxima semana, demonstram a necessidade do deferimento da medida.

O ministro presidente do TST disse ainda que a liminar do TRT teve repercussão negativa e trouxe insegurança jurídica ao processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras, "que decorreu de opção e de decisão legislativa e de aprofundados estudos das áreas governamentais competentes."

O argumento de que devem ser feitos estudos de impacto da privatização sobre os contratos de trabalho dos empregados das distribuidoras foi chamado pelo ministro de "frágil", repercutindo negativamente no interesse de potenciais compradores e no valor a ser ofertado, "circunstâncias que contribuem somente para o aprofundamento da crise em que se encontram essas empresas e o governo federal, que as mantém". Segundo o ministro, a reparação de eventuais danos aos contratos de trabalho dos empregados das companhias privatizadas deve ser buscada no momento oportuno, e pelos meios processuais adequados.

A liminar do TRT foi publicada às 17h19 na segunda-feira, minutos depois que o leilão da Amazonas Energia tinha sido concluído, e determinava a suspensão da eficácia dos leilões "remanescentes". Ontem, o desembargador Mário Sérgio Pinheiro, do TRT, ratificou a decisão, afirmando que ela se aplicaria tanto à venda da Amazonas Energia quanto ao leilão da Ceal.

"É inegável, pelo teor das matérias veiculadas na imprensa, que a Eletrobras deu continuidade ao procedimento de privatização da Amazonas Energia, tanto que realizou o respectivo leilão na mesma data em que prolatada a decisão embargada", escreveu o desembargador ao ratificar sua decisão. O desembargador disse ainda que a Eletrobras insistiu em descumprir sua decisão, "não obstante a clareza palmar do provimento jurisdicional em questão."

A decisão do TRT que suspendeu o certame fazia parte do agravo regimental solicitado por um conjunto de sindicatos de trabalhadores nas indústrias urbanas, representados pelo escritório de advocacia Garcez. É o mesmo escritório responsável pela maior parte das liminares concedidas até então suspendendo as vendas das demais distribuidoras da Eletrobras. Em todos os casos, a União conseguiu reverter as decisões.

VEÍCULO: O Valor Econômico

Data: 14/12/2018

Seção: Cultura e Estilo

Autor: Daniel Salles, Catherine Vieira e Robinson Borges

Título: "Novo governo pode radicalizar a concorrência"

Roberto Mangabeira Unger, ex-ministro dos governos Lula e Dilma, diz que vê uma série de aspectos potencialmente positivos na gestão do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL). "No plano econômico, o governo poderá impor o capitalismo aos capitalistas, leia-se radicalizar a concorrência", diz o filósofo. Seu entusiasmo, porém, tem muitos limites. Na entrevista a seguir, ele elenca uma série de problemas.

"Meus colegas em Harvard me abraçam porque leram que o Mussolini brasileiro chegou ao poder. Não é nada disso. Estão fazendo uma tempestade em uma xícara de chá. Não vi nenhum Mussolini por aqui", afirma ele, em um escritório no bairro paulistano de Higienópolis. "O perigo que nos ronda não é o do fascismo no poder, é o da perpetuação da mediocridade. É a continuidade da mediocridade com sinal trocado. Antes fosse o Mussolini, porque teria certo condão de sacudir as coisas. Quero a genialidade brasileira no poder."

O carioca de 71 anos e cabelos grisalhos veste um terno preto e mocassim. Saltam aos olhos o brasão da República na lapela, as abotoaduras prateadas e os óculos de lentes grossas, que escondem seus olhos míopes e azuis. O incorrigível sotaque de quem vive e foi criado nos EUA é outra de suas marcas.

Professor de Harvard, ele nunca tirou os olhos do Brasil ou da política do país, que conhece de berço: Octávio Mangabeira, seu avô materno, foi governador da Bahia, senador e ministro das Relações Exteriores no governo Washington Luís; João Mangabeira, o tio-avô, foi senador e ministro das Minas e Energia de João Goulart. Em 2007, Unger tornou-se ministro de Lula na Secretaria de Assuntos Estratégicos. No governo Dilma, voltou a comandar a pasta (extinta após sua saída, em 2015. Michel Temer a recriou).

Unger também esteve próximo do poder como conselheiro de Leonel Brizola e de Ciro Gomes - participou de suas candidaturas à Presidência em 1998, 2002 e 2018. Neste ano, lançou, ainda, o livro "A Economia do Conhecimento" (Autonomia Literária).

Valor: Qual é a sua perspectiva sobre o governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro?

Roberto Mangabeira Unger: Sou opositor, mas vejo uma série de aspectos potencialmente positivos. No plano econômico, o governo poderá impor o capitalismo aos capitalistas, leia-se radicalizar a concorrência, superar o dualismo no mercado de créditos. Não é suficiente para construir um novo modelo de desenvolvimento, mas condição necessária. O governo também

poderá continuar o trabalho da Lava-Jato e desestabilizar certas oligarquias do poder. Além disso, veio ao encontro das aspirações dos emergentes brasileiros. É intolerável e perigoso que os atores sociais mais importantes não se sintam representados na política.

Valor: O que o senhor chama de aspirações dos emergentes brasileiros?

Mangabeira Unger: O atributo mais importante do Brasil é sua vitalidade assombrosa. E o ator mais importante são os emergentes. Trata-se da pequena burguesia empreendedora, que luta para abrir e manter pequenos empreendimentos e atrás da qual há uma multidão de trabalhadores, pobres, que trabalha desesperadamente. Os emergentes estavam órfãos de um projeto político. Descrentes e inconformados com a política de cooptação posta em prática pelo PSDB e pelo PT, e que tinha toda a problemática da corrupção. Os menores recebiam dinheiro das transferências sociais. As minorias organizadas recebiam seus direitos adquiridos. Os grandes empreendedores tinham à disposição os favores tributários e o crédito subsidiados dos bancos. Era um regime de partilha. Dividiam o bolo em dez partes, nove iam para os graúdos, e o povão ficava satisfeito com a sua fatia. Enquanto os preços das commodities estavam altos, os limites dessa lógica de cooptação ficaram ocultos. Quando os preços desabaram, o governo Dilma tentou dar sobrevida artificial a esse modelo, recorrendo a um keynesianismo vulgar. Uma das consequências foram as pedaladas fiscais que permitiram o impeachment da presidente. Assim chegamos até aqui.

Valor: Na sua opinião, qual é a melhor alternativa ao modelo de cooptação?

Mangabeira Unger: O Brasil ainda resvala num primitivismo produtivo e educacional. Essa é a grande tragédia do país. Precisamos passar da democratização do consumo para uma democratização da oferta e da produção associada à qualificação do aparato produtivo. Em todo mundo o paradigma produtivo está em transformação. Segundo a teoria clássica do desenvolvimento da segunda metade do século XX, o atalho para se equiparar às economias mais ricas é tirar os trabalhadores e os recursos dos setores menos produtivos para os mais produtivos. Na prática, a ideia é esquecer a agricultura e apostar na indústria. Por várias razões esse atalho não está mais funcionando no mundo todo. A indústria convencional, a fordista, não é mais a vanguarda. A nova vanguarda é a economia do conhecimento. É nela que o Brasil deve apostar.

Valor: Qual é seu possível impacto na sociedade contemporânea?

Mangabeira Unger: Na Califórnia, por exemplo, 100 mil pessoas inventam produtos e serviços, encontram maneiras de modificar parte do processo produtivo e 10 milhões de escravos na Índia e na China se encarregam da produção. É um sistema com consequências drásticas e novos dilemas e que ainda sequer é debatido no Brasil. A fórmula tradicional do desenvolvimento parou de funcionar. Qual é a alternativa? Uma forma socialmente inclusiva da economia do conhecimento. O Brasil dispõe de condições culturais e institucionais que favorecem a execução da tarefa. Mas nem nas economias mais ricas como Japão, Alemanha e EUA o vanguardismo produtivo está disseminado. E o Brasil está acostumado a surfar nas tendências mundiais. É o nosso colonialismo mental. Certa vez, numa entrevista para a TV, me perguntaram qual era a melhor maneira de mudar o Brasil: "É mudar os EUA", respondi.

Valor: O senhor acha que o novo governo viabilizará a inclusão na economia do conhecimento?

Mangabeira Unger: Esse debate não existe no Brasil. Bolsonaro prometeu atalhos. Para acabar com o crime, a força. Para melhorar a educação, ordem na sala de aula. Para dar fim à bagunça na política, só o presidente que manda. São atalhos de vida curta e eficácia limitada. Os problemas reais do país exigem inovação estrutural. A economia do conhecimento, por exemplo, depende da educação. No paradigma produtivo anterior, o da industrialização, a educação necessária era mínima. Bastava o trabalhador ter disposição para obedecer, destreza manual e capacidade de entender instruções. Para a economia de conhecimento é preciso outro tipo de qualificação. Tem que ser uma educação analítica. Oposta à que temos no Brasil, baseada no enciclopedismo raso e dogmático. Continuamos a tentar transformar o jovem brasileiro numa criança francesa do século XIX.

Valor: O senhor acha que, para o Brasil crescer e gerar emprego, é preciso do ajuste fiscal?

Mangabeira Unger: O debate sobre economia no Brasil é quase dominado pela problemática do ajuste fiscal. O conserto das finanças públicas é necessário, mas não suficiente. Não se compreende no Brasil que o ajuste fiscal necessário inevitavelmente exigirá sacrifícios. Que só serão legitimados e viabilizados se vierem no bojo de um projeto de democratização das oportunidades e das

capacitações. Senão o país rejeita. O que, então, acontece? As reformas que levariam ao ajuste fiscal nunca têm a dimensão necessária. Reclamam que a reforma da Previdência é uma minirreforma, aquela e aquela outra também. Sempre serão se não vierem acompanhadas dos debates necessários. Os pretensos reformistas da área econômica dizem: "Primeiro é preciso ajustar as finanças do Estado, depois debatemos como será o desenvolvimento". A mesma coisa na política. A reforma política é a mãe de todas as reformas? Não é assim. Nenhum país reformou o Estado e a política para depois decidir o que fazer.

Valor: Qual é a sua opinião sobre um possível alinhamento do novo governo com os EUA?

Mangabeira Unger: É muito grave isso. A política exterior não pode ser uma política de direita ou de esquerda, tem que ser uma política de Estado. Um país sério compreende que as questões comerciais só se equacionam à luz dos projetos geopolíticos. Objetivamente, do ponto de vista da soberania nacional, o Brasil é um protetorado dos EUA. Quase todas as nossas comunicações com a Ásia e a Europa, de telefonia e internet, passam por lá. Todas as comunicações internas no Brasil, do presidente para baixo, são transparentes ao aparato de segurança deles. As nossas Forças Armadas são inteiramente dependentes do GPS americano. Se o desligarem, vamos conduzir navios de guerra por meio da navegação astronômica. Protetorado não pode ser parceiro. Temos que mostrar que somos sérios e não nos entregar em troca de nada.

Valor: Em 2019, o Brasil assume a presidência dos Brics, isso pode ser relevante?

Mangabeira Unger: O Brasil assume a presidência dos Brics, o que lhe permitirá indicar o novo dirigente do banco da instituição. Está todo mundo aterrorizado porque acha que o Brasil será o Cavalo de Troia dos EUA. O Bolsonaro usa a política externa como o PT, para fazer simbologia. E se aliando não aos EUA, mas a uma facção política do país. Absolutamente ridículo. O governo do PT também nunca levantou um dedo para deixar de ser protetorado.

Valor: Quais deveriam ser as prerrogativas da nossa política externa?

Mangabeira Unger: Em todas as reuniões dos Brics em que representei o Brasil, constatei que os assuntos controversos eram relegados ao país. China, Rússia e Índia estão em luta há 2 mil anos e o Brasil, perdido no Atlântico, está acima de qualquer suspeita. Temos, portanto, uma imensa margem. Deveríamos adotar uma agenda revisionista que reorganize o comércio mundial, não só por meio

da OMC, que é hoje secundária, mas por meio de parcerias multilaterais como a Transpacífica e a Transatlântica. Qual é o nosso interesse? O máximo de abertura econômica com o mínimo de constrangimento jurídico aos experimentos institucionais. São interesses que compartilhamos com a China, a Índia e a Rússia. Outro ponto é superar o predomínio do dólar como moeda reserva, começando por compensações diretas com outros membros dos Brics e outras moedas. Assim, nossa economia deixa de ser dependente dos interesses do banco central americano. O terceiro ponto, o mais complicado, tem a ver com a ordem mundial da segurança. Hoje só existe o Conselho de Segurança da ONU, com o qual os EUA e seus aliados brincam. Se não conseguem o aval dele, formam uma coalizão por fora.

Valor: O governo terá grande número de militares no primeiro escalão. O que isso representa?

Mangabeira Unger: O governo Bolsonaro preferiu voltar ao tradicional. Que é apelar os militares. O ministro da Defesa agora é um deles [o general da reserva Fernando Azevedo e Silva]. [Eduardo] Villas Bôas [comandante do Exército] pediu que fosse um civil, porque compreende que a opção por um militar é contrária ao Exército. Ele não vai poder sacudir aquilo. E vai aparecer aos olhos do país como mais um representante de um lobby.

Valor: Como deve ser a política de Defesa?

Mangabeira Unger: Não queremos viver num mundo onde os grandes países estão armados até os dentes e nós não. O Brasil passou a ter uma política séria de Defesa quando os militares ganharam uma liderança civil. O governo Dilma, do qual tentei participar, abandonou essa política. No dia seguinte à minha entrada, compareci à posse do comandante do Exército, Villas Bôas. E perguntei ao Jaques Wagner, então ministro: "Como vai o trabalho?". Ele me respondeu: "Eles estão calmos". A mensagem foi a seguinte: a tarefa do ministro da Defesa não é defender o Brasil, é acalmar os militares. De que maneira? Dá uns brinquedinhos. Eles pedem dez equipamentos caros? Dá dois. Essa foi nossa pseudopolítica de Defesa. Deveria transformar as Forças Armadas numa força menor, porém vanguardista, altamente qualificada. E o complexo industrial da Defesa deveria ser um manancial de vanguardismo produtivo e tecnológico: as Forças Armadas têm pesquisa avançada, mas não têm produção avançada. Além disso, seria preciso insistir no princípio do serviço militar obrigatório. Os brasileiros não sabem, mas quem é dispensado do serviço militar está sujeito a um serviço social obrigatório. É letra morta, mas é lei. Imagina se o governo

brasileiro mandasse a juventude burguesa de São Paulo atuar um ano na Amazônia...

Valor: A atuação do Brasil na América do Sul é acertada?

Mangabeira Unger: A base da convergência sul-americana deveria ser um projeto compartilhado de desenvolvimento. A América do Sul é rica em recursos naturais, mas não os usa para financiar a qualificação do aparato produtivo. A mudança depende do Brasil. O país lidera o Mercosul, um acerto comercial confuso que impôs a camisa de força da união aduaneira sem antes permitir o livre-comércio. Teríamos que afrouxar a união aduaneira e avançar rumo a uma estratégia compartilhada de desenvolvimento. Os caras do PT não entenderam algo que o Otto von Bismarck e o Barão do Rio Branco compreenderiam perfeitamente: a predominância do Brasil é tão grande, que nossos vizinhos buscam naturalmente um contrapeso à ela. E a aproximação deles com os EUA é natural, não tem que fazer guerra contra isso. Mas isso não significa transigir com a presença militar no nosso continente de potências de fora. A Rússia e a China na Venezuela, os EUA na Colômbia, no Paraguai e na Argentina. Isso é intolerável. Durante o período do PT, a política sul-americana foi baseada na justaposição de lobbies e em afinidades ideológicas. O Bolsonaro ameaça seguir com o pequeno comercialismo, apenas com o sinal ideológico trocado.

Valor: Como avalia a relação do Brasil com a China?

Mangabeira Unger: Passei um tempo na China a convite do Partido Comunista. Lá ninguém entende por que ficamos de joelhos diante deles, como se fôssemos um dos países africanos que eles querem dominar. Mas a atitude deles é: já que aceitam, vamos aproveitar. Só que nós temos um imenso poder de barganha. Porque a China não pode depender dos EUA para obter minérios e alimentos. A razão é estratégica. Deveríamos fazer com a China exatamente o que ela fez com os EUA. Subordinar a presença dela no Brasil a uma parceria qualificadora, que envolva produção, tecnologia e educação. E desenvolver em conjunto uma série de iniciativas rumo a uma economia de conhecimento. O desenvolvimento da inteligência artificial é hoje uma alta prioridade do governo chinês. Vamos fazer juntos. Hoje, porém, simplesmente mandamos para lá as riquezas não transformadas da natureza e recebemos em troca tudo o que a inteligência humana tocou.

Valor: Como Ciro Gomes (PDT) e a oposição devem se comportar no governo Bolsonaro?

Mangabeira Unger: Continuo a julgar o Ciro o agente mais qualificado para implantar essa alternativa que esbocei há pouco. A oposição deve construí-la e explicá-la. Também é preciso dirimir a confusão com o projeto do PT. Que pode vir a ser um aliado no Congresso para questões práticas. À medida que os petistas compreenderem o que aconteceu, não deve haver obstáculos para acertos. Mas até hoje eles não compreenderam que a eleição foi um plebiscito sobre a volta do PT ao poder e que a maioria estava disposta a pagar qualquer preço para evitá-la. E o subtexto foi a vontade de abandonar o ciclo da cooptação para o empoderamento e, do ponto de vista da economia, do nacional consumismo para um produtivismo incluyente.

Valor: Que avaliação o senhor faz da campanha de Ciro Gomes à Presidência?

Mangabeira Unger: O Ciro sofreu um processo de isolamento conduzido pelo Lula e o PT. Todas as pesquisas, quase até o fim do processo eleitoral, indicavam que era o Ciro o candidato que reunia no segundo turno a maioria dos apoios. Mas ele não conseguiu transformar essa vantagem no segundo turno em vantagem no primeiro. Cometemos vários equívocos. Um deles foi não ter insistido muito antes na construção de meios para chegar à maioria. E ter gasto muito tempo no que poderia ser chamado de circuito Ruy Barbosa: as palestras e as discussões com a elite financeira e do conhecimento. Que, na sua maioria, jamais votaria no Ciro. O candidato dessa turma foi o [Geraldo] Alckmin [PSDB]. Havia dois caminhos consistentes. Um era acertar-se com o PT e o Lula. No início, Lula vetou o apoio direto ao Ciro Gomes e na última hora propôs que ele ocupasse a posição que terminou com o [Fernando] Haddad. Havia muitos obstáculos para essa aliança, a começar pela confiança.

Valor: Por quê?

Mangabeira Unger: Não se acreditava na palavra do PT. Muito antes da eleição, o partido e o Lula deram uma série de rasteiras no Ciro. Por outro lado, havia uma diferença de cunho. Nossos projetos eram diferentes. Ao que tudo indica, o PT voltaria a conduzir o nacional-populismo que foi a sua marca. E a insistir na lógica da cooptação. O outro caminho seria o de estreitar bem lá atrás o projeto de Ciro com o do PT. Não daria para fazer isso de última hora. Por último, até muito perto do fim da eleição, Ciro persistiu na ambiguidade com o Lula e o PT. No entendimento de grande parte da população, ele continuou sendo visto como um homem do Lula. Isso foi fatal para chegar ao segundo turno, onde ele teria todas as condições de ganhar a eleição.

Valor: Que lembranças mais guarda da experiência como ministro de Estado?

Mangabeira Unger: Lula foi magnânimo. Eu havia sido um crítico severo do primeiro mandato, e ele me persuadiu a participar. Estimulava-me a entrar na área de todos os ministros. Além da Presidência, a minha pasta era a única que tinha a ver com todas as outras. Só que a Presidência tinha poder e recursos e eu, nada. E Lula não combinava com os ministros, daí a confusão. Na questão do trabalho, propus regras para proteger a maioria desorganizada dos trabalhadores, os informais e precarizados, pois a legislação trabalhista, a de Vargas, beneficia só a minoria organizada. Passei um ano debatendo com as centrais sindicais, que fingiram concordar comigo. E o Lula dando corda. Quando chegou a hora de colocar o capital político e fazer, ele não quis. Na elaboração da política de Defesa, que deixou os militares entusiasmados, tive que trabalhar com os governadores. O governo federal não queria mexer com assuntos que fossem nitroglicerina. Precisei então me comportar como uma espécie de agitador fora do governo e a abrir diálogo com outros partidos. Certa vez, na antessala do presidente, o José Múcio, [então] ministro das Relações Institucionais, me disse o seguinte: "O Congresso está entusiasmado com o seu trabalho, sobretudo a oposição". Esse era o ambiente. Também não esqueço dos petistas andando no Palácio do Planalto com os mapas do pré-sal debaixo do braço. Estavam entusiasmados com a possibilidade de criar uma espécie de peronismo misturado a uma Arábia Saudita.

MME / ASCOM .